

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NO BRASIL

*Liliane Vieira Moraes*¹, *Dávila Suelen Souza Corrêa*²

¹Universidade Federal do Pará/Graduanda do Curso de Ciências Sociais, Conj. Xingu quadra 22 nº 134
bairro Nova Marambaia Belém-PA, lili@prodepa.gov.br

²Universidade Federal do Pará/Graduanda do Curso de Ciências Sociais, Conj. Cidade Nova II we 13 nº 602
bairro Coqueiro Ananindeua-PA, dsuelen@ufpa.br

Palavras-chave: Identidade Nacional, Cultura Popular, Memória, Ideologia.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Resumo- Este estudo analisa os conceitos de memória nacional e cultura popular, os quais possuem papel relevante à compreensão da idéia de identidade nacional. Objetiva entender, teoricamente, o processo de constituição dessa identidade, a fim de retratar, em linhas gerais, algumas das características que permeiam o modo de ser e de pensar do brasileiro. Sua hipótese central é a de que existe a intenção, por parte de certos seguimentos sociais, de homogeneização da cultura em torno do conceito de identidade nacional. Conclui-se que não há, ao menos em aspectos práticos, um caráter unilateral ou homogêneo na visão do brasileiro, já que este encontra-se constantemente em uma atitude relacional no que se refere aos aspectos de sua vida em sociedade.

Introdução

Diferentemente das épocas anteriores às revoluções burguesas, nas quais se observava uma imensa fragmentação sócio-territorial, o período contemporâneo assinala o aparecimento do discurso das identidades nacionais que, devido a diversos fatores (que posteriormente serão abordados), assumiriam papel decisivo na composição ideológica dos Estados-nação.

O presente artigo visa estimular uma discussão em torno do conceito de identidade nacional, bem como analisar o processo de sua construção no Brasil, dado o possível caráter relacional da sociedade brasileira. Para tanto, serão utilizadas algumas concepções teóricas, tendo como principais pontos de partida as obras de Renato Ortiz [1], Alfredo Bosi [2] e Roberto da Matta [3], as quais possuem incalculável relevância à compreensão dos aspectos acima indicados.

Materiais e Métodos

Neste estudo realizou-se como método principal a revisão bibliográfica sobre o tema, primordialmente no que tange à discussão de conceitos referentes a idéia de identidade nacional e sua forma constitutiva.

O referencial delimitou-se ao marco teórico, relacionado à temática desenvolvida.

Como material, utilizaram-se resumos e fichamentos produzidos durante o estudo, a fim de sintetizar os diversos aspectos abordados neste trabalho.

Resultados

No estudo realizado verificou-se que os conceitos de identidade e memória nacional são construções intelectuais, a serviço de um determinado fim. Vejamos, neste ponto, como tais conceitos foram se incorporando à realidade brasileira ao longo de nossa história.

Após a concretização do processo do qual resultou a independência política do Brasil (em 1822), iniciou-se, em diversos setores de nossa sociedade (sobre tudo nas letras), uma verdadeira cruzada ideológica em busca daquilo que constituiria uma característica marcante do que representaria de fato ser brasileiro.

É neste contexto que surge o movimento romântico que, mesmo importando certas premissas medievais (como a bravura, elemento característico dos cavaleiros daquela época), se apropria da figura do indígena para exaltar uma pretensa ancestralidade que incorporasse o papel de herói nacional, ou seja, de protótipo do homem brasileiro, já que o negro, por sua condição de escravo, ficava totalmente à margem de qualquer consideração (seja ela social ou literária).

Nota-se, entretanto, que a partir do movimento abolicionista, o negro passa a ser inserido na construção da identidade nacional, pois este já é visto não somente sob o aspecto de força de trabalho, mas também como um ser humano (ainda que inferior, como é descrito nas inúmeras teorias raciológicas).

Essa nova concepção racial, daria origem no Brasil, durante o final do século XIX, à idéia do mito das três raças, isto é, de uma formação social que teve como ponto de partida a fusão do elemento branco europeu com o índio nativo e o negro africano.

Já na década de 1930, devido as transformações ocorridas na composição das abordagens intelectuais, a noção de raça foi ampliada para a de cultura, o que promoveu novas perspectivas na tentativa de síntese de uma identidade nacional, na medida em que o mito das três raças deslocou-se da esfera intelectual a qual relacionava-se, passando a integrar as práticas populares, o que tornou possível sua reelaboração enquanto elemento de identidade nacional.

Discussão

Como já foi assinalado, desde o período da independência política do Brasil, vem sendo elaboradas inúmeras tentativas de construção de uma identidade nacional. A partir da década de 30, entretanto, tais tentativas sofrem, em seu aspecto ideológico, profundas modificações, visto que, diante do novo panorama social, sobre tudo com a intensificação dos estudos acadêmicos, passa a haver uma valorização não mais dos aspectos biológicos isoladamente, mas da questão social propriamente dita, tendo como principal eixo o enfoque nos estudos acerca das relações culturais, não apenas que permeiam, mas também que deram origem à forma de organização social que hora se apresenta em nosso país.

É nesse novo cenário sociocultural que se apresentam as obras de autores como: Sérgio Buarque, Caio Prado etc, os quais procuram atender, dentro da perspectiva já mencionada, às novas necessidades nacionalistas florescentes nesse período.

Desse modo, reassignalamos que, muitas tem sido, ao longo de nossa história, as tentativas de sistematização daquilo que, de fato, constituiria a identidade nacional do brasileiro, isto é, dos elementos (sejam eles políticos, econômicos ou sociais) nos quais estariam calcados os pressupostos que nos unificariam enquanto nação, ou seja, que nos tornariam genuinamente brasileiros e não pertencentes a qualquer outro país.

É dentro dessa perspectiva que surgem as noções de identidade e memória nacional, bastante abordadas, sobre tudo, na obra de Renato Ortiz [1], na qual tais conceitos são considerados de segunda ordem, ou seja, inexistentes na realidade social. Vejamos melhor esse ponto:

Como já foi observado em diversas obras, inclusive naquelas que aqui serão trabalhadas, a cultura de um país, ainda que possua pontos incomuns, é constituída de um caráter multifacetado, isto é, de certos aspectos que há diferencia no interior de si própria. Isto se dá devido a inúmeros fatores, tais como: processos de colonização, desenvolvimento histórico etc. Tais características constituem, dentre outros aspectos culturais, a chamada cultura popular que, de acordo com Ortiz [1], constituiria uma realidade de primeira ordem, ou seja, aquela praticada pelos membros de uma determinada sociedade. Essa realidade, por sua vez, está intimamente ligada à idéia de memória coletiva, visto que a cultura popular, segundo nos diz Alfredo Bosi [2], possui um caráter cíclico e, portanto, está freqüentemente se repetindo, permanecendo assim no imaginário coletivo.

Nota-se, entretanto, que as concepções de cultura popular e memória coletiva, por si só não atendem a certas necessidades políticas constantemente presentes no interior das modernas civilizações. Isso porque tais concepções pertencem a campos relativamente particulares das práticas exercidas nessas civilizações, não constituindo, portanto, os elos indispensáveis à própria idéia de Estado-nação.

Tendo em vista a necessidade de uma certa homogeneização, não apenas no que tange a cultura, como também aos demais aspectos da realidade social, os Estados modernos, conforme nos relata Renato Ortiz [1], têm se utilizado das práticas populares (cultura popular) e, conseqüentemente, da memória a ela relacionada (memória coletiva), como veículos da construção do imaginário por eles almejados. É desse modo que, segundo Ortiz [1], se originam os conceitos de identidade e memória nacional.

Esses conceitos, originados no interior do aparelho estatal, só se tornam possíveis graças a atuação de agentes indispensáveis a sua composição: trata-se dos intelectuais que, estimulados pelo Estado, promovem uma espécie de "transcendência" dos conceitos relacionados às práticas populares, dando a estes, por meio da ideologia em exercício, um caráter generalizante, promovendo assim uma completa inversão simbólica na realidade que lhe serviu de base.

Convém assinalar, contudo, a relevância de um autor não menos importante que, a despeito de suas análises um tanto quanto diferentes dos objetivos propostos pelo Estado, trouxe uma imensa contribuição para se compreender quais seriam, de fato, os pontos que caracterizariam a sociedade brasileira como algo diferencial em relação às demais. Referimo-nos, neste ponto, à Roberto da Matta, cujas análises assinalam o caráter relativizador da formação social brasileira. Isso porque, de acordo com o que nos é

apresentado por ele em uma de suas principais obras "O que faz o Brasil, Brasil?", o povo brasileiro não possui um padrão unilateral de comportamento, ou seja, não cultua uma única religião, não atende apenas aos aspectos formais das leis e, muito menos, rende-se a noções pré-estabelecidas no que diz respeito à sua vida privada (forma de alimentação, acasalamento etc).

Neste sentido, da Matta inverteria a idéia até então propagada de que seria possível estabelecer um padrão cultural que interligasse o Brasil como um todo, pois segundo ele, o que diferencia o brasileiro dos demais povos é justamente o seu caráter relacional, isto é, o aspecto de seu comportamento que interliga certas atitudes e concepções que, em qualquer outro lugar do mundo, seriam díspares e quase que totalmente excludentes entre si.

Conclusão

Como se pôde observar, a problemática da construção de uma possível identidade nacional é algo bastante complexo e repleto de contradições no que diz respeito a sua própria estruturação, pois, como nos referiu Renato Ortiz [1], tal conceito pertence a uma realidade de segunda ordem, ou seja, puramente ideológica. Mas, ao mesmo tempo, de acordo com o próprio Ortiz [1], necessita da existência de certas práticas populares, sem as quais tal formulação seria inviável. Por outro lado, Roberto da Matta [3] afirma que a sociedade brasileira possui um caráter relacional, que conciliaria suas diferentes práticas socioculturais, caracterizando, desse modo, a personalidade incomum de nosso povo.

Conclui-se, portanto, que a despeito das intenções políticas que por ventura surjam no intuito de homogeneizar, mesmo que de forma ideológica, a cultura de um país, tais intenções não se concretizam completamente (ao menos no aspecto prático), visto que os grupos que se pretende aglutinar num só corpo cultural, promovem uma certa resistência, o que reforça, ainda mais, a idéia de que temos, necessariamente, uma postura conciliadora diante não apenas da pluralidade que nos constitui, como também das construções ideológicas que compõem a estrutura do que da Matta [3] chamou de "Brasil com B maiúsculo".

Referências

[1] ORTIZ, Renato. *Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional*. In:_____. *Cultura*

Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 1986.

[2] BOSI, Alfredo. *Cultura como tradição*. In:_____. *Cultura Brasileira: Tradição e contradição*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

[3] DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.